
Investigação epistemológica do utilitarismo: releitura à Franklin L. Baumer

Cleide Meirelles Esteves Piragis

Doutora em História - Universidade Federal do Paraná

Coordenadora do *Latu Sensu* e *Stricto Sensu* - Universidade Tuiuti do Paraná

Resumo

O objetivo desta pesquisa atrela-se diretamente ao grande ensaio sobre o “Pensamento Europeu Moderno”, de autoria de Franklin L. Baumer, que, com muita propriedade, analisa quatro séculos de história da humanidade em seus dois volumes, envolvendo-se na interpretação de ideias de outros autores, evocando quer um ânimo positivo quer negativo da natureza humana, a parecer menos racional, o conhecimento mais subjetivo e ilusório e a história menos previsível e compreensível. O utilitarismo, objeto polêmico desta pesquisa, oculta-se na obra examinada, mas, ao longo da história, surge numa espécie de pensamento puro dimensionando o valor, o que é útil, o que proporciona prazer e felicidade, abrindo espaço para entender o comportamento do próprio homem na sua ação e reação frente à dinâmica de mercado, das políticas e enfrentamento das forças do progresso econômico ao longo dos séculos, uma espécie de ideia para arrancar um significado do universo. Rastreamo o utilitarismo pelo método dedutivo, entramos no território de outras ciências cuja interdisciplinaridade nos permite compor uma rede de ideias, que no século XIX resgata a presença de John Stuart Mill centralizando a matriz de diálogos com outros pensadores do mundo dos negócios da Inglaterra, analisando as mudanças relativas ao comportamento do homem diante da infância do capitalismo. Este ensaio de releitura nos remete ao momento presente da história onde o utilitarismo aparece com uma nova roupagem no mundo dos negócios modernos, em pleno glamour das operações comerciais.

Palavras-chave: utilitarismo; valor; economia-política; matriz de ideias.

Abstract

This research is connected with Franklin L. Baumer’s essay about “Modern European Thought”, in which four centuries of mankind’s history are examined under positive or negative moods of human nature, which simultaneously began to look less rational, knowledge more elusive and subjective, and history less understandable and predictable. Utilitarianism, the controversial aim of this research, could be found in the aforementioned essay, but throughout the history it became an ethical thought about what is good, and what brings more pleasure and happiness, helping to understand the human behavior in market’s dynamics, a sort of idea about the meaning of the universe. In a deductive way, we approach the territory of other studies in which its interdisciplinary character allow us to structure a network of ideas, what brings us to John Stuart Mill discussing with other economical scholars about behavioral changes of man facing the capitalism childhood. Utilitarianism, nowadays, appears in different disguises among the glamour of contemporary business operations.

Keywords: utilitarianism; values; political economy; ideas network.

A tese de Franklin Baumer, *O pensamento europeu moderno*, serviu de bússola na orientação do esforço em explicar o Utilitarismo, visto que a estrutura metodológica do seu pensar sobre esse período da história – início do século XIX – abre para a integração das ideias fundamentando o pensamento econômico da sociedade inglesa.

No início do século XIX, o utilitarismo é analisado como um ensaio do pensamento econômico, sugerindo discussões pertinentes aos assuntos de economia política. Por essa natureza, apresenta semelhanças entre as abordagens de John Stuart Mill e alguns outros pensadores da época, viabilizando, assim, a construção de uma matriz de ideias.

A incompreensão sobre o utilitarismo, especialmente na área do Direito, concentra-se na forma como a justiça dá a entender as teorias ético-políticas que foram, ao longo do tempo, pouco explicadas e que, na contemporaneidade, refletem-se na forma injusta de interpretar o utilitarismo, acusando-o de imoral, contribuindo para o benefício da felicidade, dos desejos

ou preferências de alguns indivíduos em prejuízo de outros.

A discussão sobre utilitarismo realça a confusão a respeito do assunto, que nem é próprio do direito e nem da economia, mas que persiste na complexidade desconhecida das informações sobre a sua importância, submetendo esse objeto ao esforço e ao desafio de construir este estudo a partir de indícios da reflexão.

Torna-se estimulante extrair do contexto histórico do início do século XIX elementos que identificam a prática do capitalismo com o do consumo, sustentando as opiniões polêmicas e divergentes sobre este tema no período. Nesse propósito, a ideia sai do anonimato, assume características próprias e transforma o conceito de utilitarismo, dando-lhe identidade através da compreensão. Outras questões que também contribuíram e alimentaram esse contexto histórico, essa ideia, assim como o debate acerca do paradoxo do valor, da ética e da moral, servem-lhe de atalho na sua construção.

Restabelecido o momento histórico, praticaremos o exercício da investigação através das contribuições de alguns pensadores economistas e historiadores que produziram o seu saber científico em meio às circunstâncias do momento.

Ao examinarmos tais contribuições, empregaremos a crítica e a reflexão, relacionando as ideias econômicas pela importância epistemológica, que, de certa maneira, contribuíram na construção da economia política, inseridas no capitalismo praticado no período e cuja projeção vem ao encontro do nosso propósito.

Baumer, cientista cauteloso, na sua pesquisa considera que a variável tempo é extremamente importante à historicidade do momento. As ideias econômicas surgem como principal instrumento do pesquisador e, para melhor identificação de seu trabalho, torna-se importante ressaltar a contribuição de Frederick Meineke, quando, em sua obra *El historicismo y su Génesis* cita Voltaire: “Mi objeto es siempre observar el espíritu de una época es el que herra los grandes acontecimientos del mundo” (Baumer, p. 96).

Salientando a importância do período para esse objeto, propomos, a partir daqui, três hipóteses:

- a) O conhecimento do pensamento político-econômico do século XIX é condição *sine qua non* fortemente significativa na construção da economia política e constitui a base teórica da Ciência Econômica.
- b) As concepções sobre valor e sobre ética nutriram as visões dicotômicas pertinentes à época, configurando-se em paradoxos e axiomas alicerçados em contradições que, de um lado apontavam para o progresso tecnológico e, de outro, para as ideias em

confusão, procurando entender as transformações que estavam ocorrendo na sociedade, em especial inglesa, refletindo os conflitos do período.

- c) O utilitarismo de John Stuart Mill pode ser empregado para melhor entendimento das propostas do pensamento liberal da época, servindo de inserção metodológica na construção de uma cadeia de informações, que certamente envolviam o mundo dos negócios públicos e privados da sociedade mercantil e industrial da qual participava.

1 O objeto em construção

A gênese do utilitarismo viabiliza o entendimento da essência daquele momento, quando a sociedade passou a contemplar o consumo, a produção e a distribuição. A sensibilidade para com as condições do meio estabelece uma abordagem sincrônica e outra diacrônica, criando condições propícias a este estudo, cujo objetivo se estabelece na fundamentação teórica e histórica.

Tal propriedade é encontrada em Franklin Baumer, isto porque ele constrói a ligação dos fenômenos envolvendo-os no propósito do pesquisador. A pesquisa em construção toma-lhe emprestada essa estrutura do saber, estabelecendo, a partir dela, a própria estrutura.

Ao assim proceder, e como proposta básica, realça a espetacular forma de pensar sobre o utilitarismo de John Stuart Mill, inserindo-o no contexto da época, resgatando o debate articulado entre este e outros pensadores contemporâneos e idealizando a matriz de ideias.

Esse tratamento exige, como fonte, as obras de Mill a partir do *Utilitarismo, O sistema de lógica, On liberty*, as quais se interligarão às contribuições dos demais pensadores, selecionados nesta composição, para a adequada estruturação da rede de ideias.

A partir daí e em forma e graus diferentes acerca do valor, da ética e da moral, transparece algo em comum que conduz à pretendida matriz que tem em John Stuart Mill o centro da fundamentação teórica estendida a outros pensadores.

A preocupação com esses assuntos que muito se identificam possibilita a construção do objeto, dimensiona-o e, ao mesmo tempo, submete-o a disciplina intelectual da investigação científica.

Essa intenção, em certo sentido, vale-se do entender de Vainfas quanto à abrangência do campo documental e do método que deve ser aplicado, limitando-se o campo conceitual a partir da contribuição de um “indivíduo histórico, sendo este um grande homem, e, o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo” (Vainfas, 1999, p.139).

Na fertilidade do campo conceitual, abre-se o leque de informações que esclarecem e norteiam o que antes era imaginário e que agora se busca entender, dando-lhe maior clareza. Nesse sentido, Baumer contribui com a análise sobre o que é utilidade: “utilidade significava, simplesmente preocupação com o bem-estar geral, ou seja, a felicidade dos indivíduos e das comunidades, que, obviamente só se poderia atingir experimentalmente com base nos fatos selecionados pela experiência” (Baumer).

Essa ideia, muito mais conclusiva do que conceitual, sintetizada por Baumer, reflete a visão de Turgot que, por volta do século XVIII, havia feito a “distinção precisa entre as ciências físicas e morais, atribuindo às primeiras, leis periódicas e, aos últimos, modelos que mudavam consoante o progresso do conhecimento, ao falar da dependência política da ciência do homem”. Faz-se necessário, a partir de então, entender o conceito de utilidade de forma mais científica para aplicá-lo neste estudo.

Importantes empréstimos extraídos do passado marcaram novos pontos de partida na formação do pensamento político, quer fosse liberal ou conservador, e é através do utilitarismo e de outras questões pertinentes que se forma um novo consenso, cujo ponto dinâmico situa-se no mercado de bens e serviços.

Encontramos em Jeremy Bentham a fundamentação básica para entender os desafios gerados com base nas questões sobre o progresso e a ética maior e que se manifestaram no pensar e agir dessa sociedade. Em verdade, o sentido do utilitarismo é derivativo da ética, mesmo que ironicamente esta nos surpreenda.

Nessa vertente encontra-se Wilhelm Dilthey que, ao produzir *Sistema da Ética*, retoma vários axiomas, os quais partem da metafísica e que só puderam ser compreendidos a partir da própria experiência e, nesse particular, o utilitarismo pôde criar um segmento, mesmo que arbitrário, para o entendimento da ética.

Em sua obra, estabelece correlação entre ética e utilitarismo, ressaltando a primeira como ponto básico para o entendimento do segundo. Partindo deste axioma, buscamos em Jeremy Bentham explicação, quando este estabelece critérios que resultam da configuração de uma “tábua de comparação” entre as ações que causam prazer ou dor numa condição de desagrado.

Dilthey considera, em sua análise, que o padrão de medida da felicidade não é arbitrário, mas oriundo da natureza e da experiência, sendo possível protestar contra qualquer teoria da felicidade cujo conceito seja identificado com a ética.

Ao expor sobre o princípio de felicidade de Mill, o autor toma-lhe a seguinte citação: “esse princípio é

o fim último de todo agir humano, ou seja, o máximo bem no sentido da filosofia antiga, é – tanto para o indivíduo como para a espécie – uma existência, na medida do possível, livre de dor e repleta de alegria” (Dilthey, p.45). Ausência de dor e repleta de alegria são os sentimentos que explicam a felicidade, de ambas as formas, isto é, tanto sob o ponto de vista da quantidade como da qualidade e de onde naturalmente se processa o juízo daqueles que já vivenciaram a experiência e a retiveram na consciência. Essa capacidade de discernimento é necessariamente entendida como ermitério da eticidade. Mill define eticidade como: “O compêndio das normas da conduta humana, mercê de cujo cumprimento se teria logrado tal estado de felicidade de um alcance o mais amplo possível” (Dilthey, p.47).

Dilthey interpreta que a intensidade da felicidade não é arbitrária, mas oriunda da experiência, não se identificando com a ética ou com qualquer teoria sobre a felicidade. Justifica que quanto mais elevado for o desenvolvimento espiritual e, sobretudo, quanto mais complexas forem as necessidades, tanto mais difícil será encontrar a felicidade.

Retomando o objeto básico desta análise, o autor busca em Bentham a reflexão sobre “a ética utilitarista”, e edifica o seu pensamento através da estrutura da história ao expor que “a ética utilitarista

sabe da história da humanidade, quão dura e constante é a luta de cada povo em cada época para extrair e impor aos instintos naturais de cada indivíduo aquilo que o povo considera valioso” (Dilthey, p.51). Portanto, considera que as qualidades da humanidade não são produto dos instintos naturais individuais, mas, sim, de “uma vitória da reflexão e da volição consciente sobre os instintos. O valor, a verdade e a limpeza são produtos da educação do homem” (Dilthey, p. 51).

Dessa análise crítica, ele conclui que o utilitarismo apresentou-se como “uma teoria muito agradável para a burguesia só enquanto foi utilizada para tirar de seu caminho os restos da ordem social eclesiástico-feudal” (Dilthey, p. 54).

De maneira muito especial, a contribuição de Dilthey está na profundidade de seu empenho apologístico ao buscar a essência do sentido da palavra.

Diante da complexidade das ideias e multiplicidade de entendimentos em torno do utilitarismo, cumpre a este ensaio conhecer mais de perto o pensamento econômico da sociedade europeia do início do século XIX, aproximar-se das convicções de John Stuart Mill, a fim de projetar talvez uma nova ideia, mas, especialmente, recorrer ao auxílio do método por ele aplicado com o objetivo de disciplinar o próprio pensamento.

2 O Método em questão

O conjunto de fatores, conexos entre si, estabelece uma visão panorâmica do sentido atribuído ao desenvolvimento do raciocínio, formando uma combinação de proposições gerais, possíveis de verificação específica.

Esse raciocínio, que se desenvolve e envolve a ciência política, parte do método dedutivo direto, proveniente de bons resultados providos na física e na matemática.

Para diversos autores, o desenvolvimento deste método envolve a prática do exercício da competência, e neste sentido, Mill pode ser a referência.

Dessa forma, o método da economia política e sua relação com as demais ciências sociais explica a necessidade de partir da investigação para verificar a validade de se estudar de forma dedutiva a sociedade europeia do início do século XIX.

O que se expõe aqui levanta uma questão bastante interessante sobre a consistência entre o método que Mill defendeu para a economia política e a visão histórica que ele passa a ter de homem e de sociedade. Com isso em vista, e para manter coerência na aplicação do método, Mill “deveria ter restringido o campo válido de aplicação do método dedutivo, e, portanto, de existência semi-autônoma da economia, as

situações nas quais a busca auto-interessada de riqueza é a motivação principal e dominante nas atividades de produção e distribuição de riqueza” (Mattos, 1996, p. 157).

Não censurando, mas com objetivo de entender as afirmações metodológicas de Mill, veremos que algumas situações sociais nas quais os homens desempenham suas funções de forma multidimensional, tendo por base motivações diferenciadas, não podem ser, nesses casos, investigadas dedutivamente.

Na constatação dessas observações, recorreremos à produção intelectual desse autor – *Princípios de Economia Política* – nas discussões sobre formas alternativas de apropriação da terra e sobre o socialismo, pois que buscava aplicar o método dedutivo em casos nos quais o autointeresse econômico não preponderava, adotando outra abordagem metodológica.

Dessa noção é importante perceber que a troca do dedutivo direto à economia política significou isolar uma das inúmeras motivações do homem e, a partir dela, deduzir os resultados sociais que decorreriam, caso ela fosse a única motivação em ação. Assim, a ciência da economia política tomaria por base o homem, “sua suposição de que as suas motivações são restritas ao desejo de riqueza” (Mill, 1967, p. 323).

Constata-se que cada ação é um elemento e este é importante para a compreensão de todos os demais.

Pois bem, como podemos defender a validade de um estudo fragmentado dos fenômenos sociais a partir de um fenômeno isolado?

O estudo fragmentado, mesmo que provisoriamente, do organismo social, era a grande diferença que Comte criticava em Mill, e este resistiu a todas as investidas nesse sentido, pois que Mill via na ciência política um instrumento valioso demais para seu projeto social.

Na defesa da proposta metodológica, Mill explica:

Apesar do consensus universal do fenômeno social, através do qual nada que ocorre em qualquer parte da operação da sociedade está isento de sua parcela de influência sobre todas as outras partes, e apesar da ascendência suprema que o estado geral da civilização e do progresso social em qualquer sociedade tem portanto que exercer sobre todos os fenômenos parciais e subordinados, não é menos verdadeiro que diferentes, imediatamente e em primeira instância de diferentes tipos de causas, e, portanto, não somente podem com vantagem, e mais, têm que ser estudados à parte. (Mill, p. 88).

Assim sendo, e dependendo das características do caso em questão, Mill apela para uma abordagem diferente. A simplificação da escolha do método deve respeitar a natureza do objeto a ser tratado, revelando, assim, que o aspecto mais importante é existir coerência metodológica na busca dos resultados a partir do fenômeno isolado.

Ao tratar desse fenômeno, convém acentuar que todas as informações aqui apresentadas sobre o método direto de Mill se aproximam muito mais de Husserl do que de Chardin; este vê como uma realidade dotada de espiritualidade e materialidade, sem com isso dicotomizá-lo em dois planos distintos, e aquele, pela análise, dá ênfase ao fenômeno, isto é, dá importância à análise das ideias que a consciência tem do objeto de análise.

Para deixar mais nítida a influência de Mill sobre o emprego do método na produção científica, cabe-nos destacar que o utilitarismo, como objeto, é inevitavelmente um exemplo, visto que faz parte de um contexto maior, mas que tem também características próprias que merecem ser estudadas.

3 A Sistematização e a Fundamentação da Ideia do Valor como Premissa do Utilitarismo

3.1 Reflexão filosófica

O valor tem uma longa e antiga história de análise. O sentido do valor depende muito dos motivos que o objeto de estudo tenha por intenção e que, submetido ao rigor das críticas inerentes a sua aplicação, pode identificar a classificação desse valor presente no objeto.

Sucessivas gerações de historiadores penetraram no domínio do imaginário, do inconsciente, do simbólico, na busca do entendimento do sentido do valor e suas projeções sobre os homens.

O controle sobre o mito, por exemplo, cultivado no mundo da filosofia da Grécia Clássica, levou os homens a produzirem um gênero original, nada equivalente na época ao discurso contemplando os sentimentos contidos no valor do emocional, da lógica ou da razão.

Nesse sentido, Platão nos assinala que o discurso universal deve ter também uma correspondência na realidade. Essa constatação fundamenta-se na doutrina do “ser”, que está implícita na ontologia da palavra: o que é que se entende por “ser”? Tal temática é de muita importância para a filosofia e sempre despertou interesse. Assim, por mais que o homem busque as razões de todas as coisas, se não questionar sobre as razões de sua existência e seus porquês, se não indagar sobre seu fim último e sobre seu lugar no mundo, o conhecimento a que ele chegar não poderá ser entendido no real significado das ideias.

Essas ideias de que falamos estão, a título de modelos, de paradigmas, na eternidade da natureza: quanto aos objetos, estes se lhes assemelham e são reproduções delas, e essa participação que os outros objetos têm nas ideias não consiste em nada mais do que serem feitos à imagem delas (Platão; Parmênides, p.132).

Assim, as ideias sobre os atos e realidades são consideradas prolongamentos da natureza e transformam-se em modelos. Estes, por sua vez, representam a reflexão e a soberania, que não são limitados por fronteiras, dependendo ambos da razão.

Abro aqui um parêntese para incluir Pierre Teilhard de Chardin na teoria da evolução, quando chega a afirmar “não haver diferenças entre o natural e o artificial, o físico e o jurídico, o orgânico e o inorgânico”. Para ele, por exemplo, “não há diferenças entre o aviador e a ave – ambos seguem seu voo seguindo as mesmas leis da física” (Chardin, 1995, p.61).

Felizmente, a profundidade do conhecimento filosófico não é patrimônio dos gregos, isto porque os egípcios já faziam uso deles, mesmo não tendo elaborado uma concepção aprofundada de mundo.

O mesmo aconteceu com a China e a Índia. Contudo, o privilégio da filosofia tem sido retratado ao mundo como tendo a Europa por berço. A constatação de que a Europa pode ser identificada como o berço da humanidade projeta-se muito mais pelo fato de que dominava a língua grega na qual o conceito de “ser” apareceu, e que vai se tornar central no pensamento europeu, que, através do colonialismo, de certa forma, vai-se estender sobre o mundo inteiro. Sem ocidentalismo excessivo, voltemos à filosofia, isto é,

à concepção da sabedoria, nascida da filosofia *stricto sensu*, que influenciou de modo decisivo “a concepção da ciência, e posteriormente teve efeitos consideráveis na transformação da humanidade” (Chatelet, 1994, p.31).

Esclarecendo melhor, retornemos a Platão, para quem a concepção do pensamento filosófico, na construção da alegoria da caverna, de certa forma, vai-se elaborar, a partir da hipótese de que existe outro mundo que não ocorre na esfera da sensibilidade, isto é, com a concorrência da percepção visual, auditiva ou olfativa. “Triângulos que possuem uma realidade” (Chatelet, p.36).

Expliquemos melhor com a citação:

Enquanto temos um corpo, estamos mortos porque somos, fundamentalmente, a nossa alma, e a alma, enquanto está no corpo, está como um túmulo, como morta; nosso morrer (com o corpo) é viver porque com a morte do corpo a alma liberta-se do cárcere. O corpo é a raiz de todo mal, fonte de amores insanos, de paixões, inimizades, discórdia, ignorância e loucura. E é tudo isso o que traz a alma como morta (Platão; Fédon, p.66).

No centro da ideia encontra-se a hipótese de que existe um outro mundo e, se não a concebermos, então deveremos aceitar a infelicidade, justifica o pensamento filosófico que se elabora nesse sentido a partir dessa ideia em hipótese.

O homem, pelo que se percebe, está profundamente ligado ao cosmo e adquire a profundidade e a amplitude do seu conhecimento, aperfeiçoando-se. Busca o maior saber para melhor agir e ser, colocando a matéria a serviço do espírito.

O mito, a sabedoria, a reflexão materializados no discurso permitem o envolvimento com outros pensamentos que se atrelam ao mesmo objetivo, formando uma única força reflexiva, convergindo para a maior unidade da afinidade reflexiva.

Depois dessa necessária digressão, reencontramos com a ideia do valor de que a ontologia do utilitarismo é derivativa. O valor apresenta dois desvios: um no mundo das aparências, onde diversas sequências do pensamento se sobrepõem de tal forma que nunca se sabe o ponto em que se está, tornando-as confusas, e outro, o mundo das ideias, que é transparente, e constituído de essências que mantêm umas com as outras relações claras: o paradoxo que se estabelece sobre o valor é constituído, portanto, do significado atribuído à competência da ideia através do sentido do discurso.

3.2 Tábua de valores de Platão

Platão polarizou quase toda sua atenção sobre os valores da alma como se fossem os únicos valores, sendo

estes solicitados, sobretudo, pelos próprios interesses políticos. Assim, chegou à dedução de uma verdadeira e própria tábua de valores, a primeira organização e completa sistemática que nos foi transmitida pela Antiguidade. Considerou o primeiro e mais elevado lugar pertencente aos deuses e, portanto, aos valores que podemos denominar religiosos. Logo após os deuses, vem a alma, que é, no homem, a parte superior e melhor, com valores que lhe são peculiares, da virtude e do conhecimento, ou seja, com valores espirituais. Em terceiro lugar, vem o corpo com seus valores vitais e, por fim, em quarto lugar, vêm os bens da fortuna, as riquezas e os bens exteriores em geral. Nessa tábua de valores, o sensível é inteiramente dependente do suprassensível, isto é, a posse do dinheiro e de outros bens (que ocupa o último lugar) deve ser avaliada, segundo o estabelecido, que o excesso de dinheiro e de bens materiais é causa, tanto para o Estado como para os cidadãos, de sedução e inimizades, ao passo que a falta deles é, na maioria dos casos, causa de servidão.

Fundamentando-se na distinção das várias funções ou partes da alma, o prazer é entendido, embora com algumas oscilações, como prerrogativa mais da alma do que do corpo.

Segundo Platão, o prazer também se projeta em uma divisão de três espécies que são: os prazeres ligados às coisas materiais e às riquezas, os prazeres ligados à

honra e à vitória e os prazeres do conhecimento. Pela ordem: parte concupiscível; parte irascível e parte racional, produção racional (Platão; Fédon, p.68).

Sintetizando essa visão, ao homem convém uma vida mista de inteligência e de prazer, porém Platão aceita na vida mista tão-somente os prazeres das atividades espirituais e das percepções. Nesse sentido é fácil entender que o objetivo de Platão está em formar homens de poder, homens que, conhecendo o que provoca o assentimento, devem ser capazes de construir uma política que receba a concordância de todos para cessar as contradições sobre o entendimento das coisas. A principal intenção está em legitimar uma espécie de discurso propício, de plena aceitação e que explique o significado contido no próprio conceito da palavra.

O conceito é a estrutura mental que acompanha o desenvolvimento do discurso. Deve representar determinado enunciado correspondente ao objeto de estudo. A palavra no sentido da sua ausência deve identificar-se com o núcleo a partir do qual se podem desenvolver múltiplas variações. No sentido da aparência, a palavra a ser conceituada pode anunciar verdades parciais dando fluência a leis científicas. Para Platão, conceito é uma estrutura de inteligibilidade que é criada para pensar uma coisa, porém não é a coisa.

Para melhor entendimento deste conceito, apoiamos em uma afirmação de Paul Valéry, nos pressupostos

da ciência, sobre ser encarada a história como a ciência das coisas que não se repetem, ao contrário da física ou da biologia. Assim, a história não comporta previsões muito precisas. Na verdade, sugere ao homem que esteja atento para o imprevisto, isto porque as lições aprendidas na cronologia e no fato apresentam-se como inevitáveis convenções. Ao estabelecer pontes com o passado, a história se amplia ante os desejos políticos de equacionar os mitos às sequências cronológicas da modernidade. Utilizando o pensamento iluminista, as conveniências políticas refugiam-se nas disputas pelo poder. Mas de que forma a modernidade atua nessa projeção? A modernidade lança as bases da eficiência econômica e política, a fim de responder à promessa de liberdade, que é tratada pelos românticos como conquista individual, tornando-se valor subjetivo.

O desenvolvimento da história, segundo o autor Francisco Moraes Paz, revela-se em meio a tal subjetividade, na disputa entre razão e emoção.

Em sobre um (possível) sistema de olhares, percorremos três questões, particularmente caras ao pensamento oitocentista – nação, população e narração. Através delas, investigamos os elementos formadores da reflexão intelectual do século passado, observando elementos de natureza política, social e cultural que refletem a experiência humana na modernidade (Paz, p.16).

Agnes Heller considera que modernidade consiste em dar sentido a alguma coisa e, portanto, “significa mover fenômenos, experiências e similares, para dentro de nosso mundo, significa transformar o desconhecido em conhecido, o inexplicável em explicável, bem como reforçar ou alterar o mundo por ações significativas de diferentes providências” (Heller, 1993, p.85).

Ao sair da Grécia e, portanto, de Platão, levamos conosco a ideia de como este filósofo concebia o valor e a visão explanatória sobre a antologia do conceito. Nesse aspecto, e separando alguns pontos de inflexão, limitamo-nos aos objetivos fundamentais, utilizando a racionalidade técnica de nosso tempo para saltar vários séculos. Usar essa estratégia já é um tanto comum, pois o começo da produção intelectual se designa em função do que sempre foi retomado na continuidade do passado, acrescentando-lhe reanimações sucessivas: do valor ao utilitarismo no início do século XIX.

3.3 O dualismo antropológico do valor

Finalizando o século XVIII, uma nova maneira estava estabelecida na Europa com relação às abordagens sobre o valor e as expectativas econômicas. Desde o início do século XVII e com base na evolução dos aspectos cotidianos, termos econômicos, como “juros”, “preços” e “câmbio” vinham sendo objetos

de atenção crescente dos homens de negócio, do governo e até mesmo de filósofos, através de debates e discursos.

Adam Smith, através de sua obra, *A Riqueza das Nações*, destaca-se como grande pensador que, ao longo de quase todo o século XIX influenciou marcadamente os estudos sobre Economia. Suas teorias mercantilistas alimentavam grandes debates e se faziam, por isso, ponto de partida obrigatório e inquestionável quando se discutiam as forças do mercado. Assim, o efeito de sua influência marca o início do enfoque científico dos fenômenos econômicos do século XIX e sustentam a teoria do crescimento econômico.

Vejamos: para Smith, “a riqueza ou bem-estar das nações é identificada com o seu produto anual *per capita* que, dada sua constatação de recursos naturais, é determinada pela produtividade do trabalho “útil” ou “produtivo”, entendido como aquele que produz um excedente, valor sobre o seu custo de reprodução e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e população total” (Smith, p.9).

Mesmo considerando a importância que Smith atribuía, como fator causal, ao primeiro desses determinantes, a dinâmica de seu modelo de crescimento dependeria não somente de fatores institucionais capazes de afastar investimentos como também da existência de elementos restritivos ao comércio, e mais,

sob sistemas ideais de governo, deveria sustentar-se indefinidamente no processo. Evidencia-se, assim que, para ele, o governo só comprometia a livre iniciativa das forças de mercado.

Na verdade, de acordo com a ordem dos acontecimentos, a teoria do crescimento econômico é fundamentada na teoria do valor, embora seja denotado um caráter acessório em tal teoria.

A palavra valor tem dois significados diferentes, expressando, algumas vezes, a utilidade de algum objeto particular, e, outras vezes, o poder de compra de outros bens conferidos pela posse daquele objeto. O primeiro pode ser chamado valor de uso; o outro, valor de troca, as coisas que têm maior valor de uso, têm frequentemente pequeno ou nenhum valor de troca, e, ao contrário, as que têm maior valor de troca têm pequeno ou nenhum valor de uso (Smith, p.65).

Interpretando melhor esse sentido, cabe o exemplo da água e do diamante. A água, abundante na natureza, tem o seu valor de uso incomensurável, extremamente importante para a vida, porém, o seu valor de troca é quase nulo, ao passo que o diamante, escasso na natureza, tem o seu valor de uso limitado, mas como instrumento de troca, isto é, seu valor comercial é infinitamente mais elevado na proporção que leva em consideração o fator escassez.

Na construção de seu raciocínio, abandona a análise então tradicional sobre valor e conceitua o que

é demanda: o valor de uso e a escassez, cuja utilidade é confinada por Smith ao estudo dos preços de mercado. Forma-se, assim, o alicerce do enfoque clássico, valor baseado em custos de produção, que revela a ligação direta existente entre o sistema de preços e os fenômenos da produção e distribuição.

A continuidade da reflexão abre espaço para novos pensadores, provocando o surgimento de novas contribuições, porém empenhados em dar coerência aos discursos produzidos pelos debates. O próprio David Ricardo não distingue a dualidade do processo da valorização econômica imposta pela dupla finalidade da produção capitalista: o uso e a troca. Karl Marx o fará algumas décadas depois. Ricardo elude completamente a existência implícita de um valor de uso historicamente atribuído aos bens consumidos. Aborda a questão de forma natural e aparente, na mesma perspectiva estabelecida pelo seu predecessor, Adam Smith: o valor de troca das mercadorias e as questões ligadas aos seus determinantes e a sua mensuração.

O valor de troca de uma mercadoria era definido por Adam Smith como um poder de compra do trabalho incorporado à produção daquela mercadoria. Assim sendo, o elemento constitutivo por excelência do valor mercante dos bens será o trabalho humano. Ricardo adotará esta definição retomando, porém, de maneira crítica o quadro analítico dos seus determinantes.

Ricardo conduz sua análise do valor de troca em nível do preço efetivo das mercadorias: esse enfoque lhe permite negligenciar historicamente os fundamentos do valor-trabalho, e assim, investe seus esforços na etapa de desenvolvimento dos meios e das forças produtivas. Para ele, empirista do valor econômico e não metafísico, a dinâmica do valor de troca é aplicada através do valor do trabalho, entendido como uma produtividade média monetária do trabalho incorporada na produção de uma mercadoria.

Conceitualmente, o valor do trabalho de Ricardo pode ser aproximado equivalentemente ao “valor de uso do trabalho” de Marx. Entretanto, a despeito de possuírem ambos os mesmos determinantes aparentes – o estado tecnológico da produção e a quantidade das ferramentas utilizadas – a ergonomia teórica do valor trabalho ricardiano é totalmente distinta, isto é, ele não faz derivar o valor trabalho às questões de mais-valia e a origem do lucro capitalista, como Marx.

Nesse consenso, o valor do trabalho em Ricardo constitui-se, antes de tudo, no crivo da relação técnica e produtiva do trabalho humano com a máquina, do trabalhador com a sua ferramenta.

Assim pensando, elege os condicionantes do valor do trabalho pelas técnicas da produção e qualidade dos equipamentos utilizados, portanto, e segundo ele, e em

definitivo, o estado tecnológico da produção concreta é que condicionará a produtividade do trabalho.

Ricardo reconhece que o valor do trabalho também será sensível às variações qualitativas no estoque de capital humano produtivo, variações determinadas em grande parte pela educação e a menor ou maior qualificação profissional dos trabalhadores. Entretanto, não trabalha sistematicamente esta ideia e tampouco a integra teoricamente a sua análise da dinâmica do valor.

Nota-se na teoria ricardiana o esforço sistemático em alinhar as ideias de forma racional, com o livre propósito de classificar o entendimento dos fenômenos produtivos.

Com todo esse empenho entre o discurso e o debate, a Grã-Bretanha sofreu, naquela época, profundas transformações na sua estrutura econômica. O elemento dinâmico e inovador que a caracterizou foi o surgimento de uma base produtiva atrelada à produção industrial, que os historiadores passaram a chamar “Primeira Revolução Industrial”.

Foi nesse contexto econômico e social, vulnerável às transformações, que surgiu a primeira escola da ciência econômica, a Escola Clássica, a qual Ricardo integrava.

Coube a alguns economistas propor a teoria explicativa do valor como função básica do desenvolvimento econômico.

O discurso sobre o valor pode assumir, realmente, como já foi colocado, dois desvios: um no mundo da aparência e outro no da essência: o valor de uso e o valor de troca. Fica claro que o utilitarismo está muito mais filiado ao valor de uso, tendo em vista que ele se prende mais à complexidade dos fenômenos que o caracterizam do que ao valor de troca de Ricardo.

Desse consenso extrai-se a forma na qual o utilitarismo se manifesta na análise desse fenômeno e de que maneira ele responde aos objetivos da economia política formulada nesse período.

3.4 O pensamento europeu do século XIX

O cenário configurado pela história em fins do século XVIII e início do século XIX para a Inglaterra proporciona um combinação de circunstâncias favoráveis para o florescimento de uma sociedade capitalista, com base nas transformações técnicas capazes de aumentar a produtividade, simultaneamente aos investimentos e ao mercado de bens de consumo, cujas “características centrais do capitalismo garantiam a estabilidade e a felicidade” (Macfarlane, 1990, p.327).

O pensamento europeu que se desenvolve na Inglaterra no século XIX acerca-se dos principais contornos assumidos pelos acontecimentos econômicos, atrelados ao ritmo das modificações no que diz

respeito à estrutura da indústria, e das relações sociais ao volume de produção correlacionado à extensão e variedade do comércio, se comparados aos padrões dos séculos anteriores. Consta-se que tais diferenças não são oriundas apenas das formas de negócio, mas das transformações radicais das ideias do homem sobre a sociedade, que sai de uma concepção de mundo no qual gerações se sucediam mantendo a posição dos ancestrais, preservando o aspecto econômico, numa época em que um rompimento com a tradição era questão impensável, já que o respeito a essa concepção se confundia com a concepção de progresso.

Como consequência, as relações de dependência econômica entre os produtores individuais e consumidores congregam-se à necessidade de capital para financiar todo o complexo processo produtivo, criando novas interdependências, novas cadeias de invenções e inovações, viabilizando novas estruturas industriais e relações econômicas e sociais. A essas transformações determinantemente evolutivas e dinâmicas convencionou-se chamar Revolução Industrial.

A Revolução Industrial projeta o triunfo do capitalismo e este foi, na verdade, o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico dependia da competição da livre iniciativa

privada, cujos valores ajustavam-se aos interesses do mercado.

A fundamentação de uma economia com esse embasamento repousava naturalmente na solidez de uma burguesia composta de elementos cuja energia, mérito e inteligência os elevava a tal posição e deveria, não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente esclarecimento, razão de avanço das ciências e das artes, sintetizando um mundo de contínuo progresso material e moral. Isto posto, cabe explicar que

os poucos obstáculos ainda remanescentes no caminho do livre desenvolvimento da economia privada seriam modificados. As instituições do mundo, ou mais precisamente daquelas partes do mundo ainda não excluídas pela tirania das tradições e superstições, ou pelo infortúnio de não possuírem pele branca (preferivelmente originária da Europa Central ou do Norte), gradualmente se aproximariam do modelo internacional de um 'Estado-Nação' definido territorialmente, com uma Constituição garantindo a propriedade e os direitos civis, assembleias representativas e governos eleitos responsáveis por elas e, quando possível, uma participação do povo comum na política dentro de limites tais que garantissem a ordem burguesa e evitassem o risco de ela ser derrubada (Hobsbawm, p.19).

Acompanhando de perto a retratação do momento por Hobsbawm, percebe-se que o traçado do desenvolvimento inicial dessa sociedade está identificado

com o aparecimento tanto de uma frente econômica como uma frente político-ideológica de 1789 a 1848. Essa dupla denominação que fertiliza com ideias esse período arquitetado pela transformação industrial, “iniciada e largamente confinada à Inglaterra, e a transformação política, associada e largamente confinada à França” (Hobsbawm, p.20).

Os resultados dessa ideologia estão no triunfo de uma nova sociedade, a sociedade do capitalismo liberal, cuja determinante principal é a burguesia. “Atrás dos ideólogos políticos burgueses estavam as massas, prontas para transformar revolução moderadamente liberais em revoluções sociais” (Hobsbawm, p.20).

As crises que ocorriam nesse período, demarcadas cronologicamente, parecem tão precisamente definidas tanto quanto possível no que diz respeito a assuntos humanos, isto porque os trabalhadores pobres e descontentes agitavam-se contra a classe de empresários capitalistas.

Mas em meio a todos esses conflitos é lícito entender que, com a Revolução de 1848, “a antiga simetria quebrou-se, a forma modificou-se. A revolução política recuou, a revolução industrial avançou” (Hobsbawm, p.20).

Percebe-se, assim, que toda essa trajetória reflete a progressão das ideias liberais e tomada de consciência da nova realidade econômica. Estes dois aspectos estão

intimamente relacionados, conforme a explicação de David Hume:

A lógica liberal segundo a qual não é pela regulamentação e pelo controle – é pelo interesse – que se deve governar os homens: é preciso deixar sua avareza insaciável, sua ambição incomensurável, e todos os seus vícios aproveitáveis ao bem público” (L’ Independance du parlement, 1741). (Citado por Denis, p.142).

Essa arquitetura do pensar de David Hume situando-se na perspectiva newtoniana da atração universal está forjando a ideia de que, da atração de múltiplos interesses, de múltiplos egoísmos individuais, pode surgir uma nova harmonia social.

3.5 O choque das ideias liberais: utopias em debate

Em princípios do século XIX, o desenvolvimento capitalista da indústria, iniciado na Inglaterra, está longe de ser reconhecido como dominante. Uma nova geração de manufactureiros, fabricantes e industriais surge na Europa, ao mesmo tempo em que J. B. Say, na França, e David Ricardo, na Inglaterra, aparecem como porta-vozes dessa burguesia industrial ainda não preparada para ser uma camada social coerente com a dinâmica que se desenvolvia nesta nação. Os trabalhadores das fábricas, entre os quais mulheres

e crianças, submetem-se à disciplina da produção mecânica e à terrível ameaça da miséria.

Movidos por um grande esforço intelectual, em nome dos valores do passado, alguns representantes da antiga classe social se manifestam em busca de uma nova sociedade capaz de ser concebida de acordo com as normas da razão e da equidade: Saint-Simon e Fourier.

Admirador de Newton e fascinado pela harmonia nascida da atração universal, Fourier extrai a lei única, constante e igual da atração aproximada, as falanges, sociedades completas e autônomas de mil e oitocentas pessoas, devem ser seus falanstérios, células básicas de uma nova “harmonia universal”. Lá está a utopia, poderosa certeza viva de um outro mundo, de uma outra sociedade ao alcance da mão. Saint-Simon estará mais atento à ‘indústria’, isto é, às diversas formas da atividade produtiva, ele valorizará o papel dos industriais, dirigir-se-á aos operários e se preocupará com a melhora das condições de vida ‘da classe mais numerosa e mais pobre’ (Beaud, 1987).

Os debates travados sempre com a maior amplitude tratam das principais ideias firmadas e que serão retomadas em toda a primeira metade do século. Deles são formuladas “duas visões utópicas de um mundo vindouro; ambos garantem a felicidade de todos: a visão liberal e a visão fundamentada na organização da sociedade é que será, no segundo terço do século, qualificada de “socialista”.

Para Say, propriedade, liberdade, prosperidade são indissociáveis do fundo produtivo e das rendas que dele se pode tirar, liberdade de usar esse fundo: toda restrição que não é necessária para proteger os direitos do outro é um atentado à propriedade, prosperidade para todos.” (Cours complet... In: J. B. Say, textos Choris, Dalloz, p. 195).

Fundamentalmente, perante a utopia liberal, a felicidade humana é assegurada pelo livre jogo das forças de mercado, isto é, pela lei da oferta e da procura; perante as utopias socialistas, a felicidade humana é assegurada por uma organização adequada da sociedade. A primeira reflete as aparências da ciência – lei da oferta e da procura e a lei implacável dos salários; enquanto as segundas, tendências místicas. Marx dará uma versão científica à utopia socialista ao fundamentar-se na análise histórico-econômica do capitalismo, a que o comunismo deverá suceder, para estabelecer na concretização do projeto socialista.

A “agulha imantada” do raciocínio aponta firmemente para a pergunta: de onde vem a riqueza? Para Jean Baptista Say, ela provém da criação do valor ou aumento do valor que já se encontra nas coisas que possuímos. Para atribuir um valor a um objeto, devemos emprestar-lhe uma utilidade que antes ele não possuía e, dessa forma, aumentar o valor que ele já tem, aumentando, em consequência, o grau de utilidade quando o adquirimos. Essa estrutura tornou-se a base

ideológica do pensamento econômico do século XIX, uma vez que produzir envolve, antes, o adquirir e, dessa forma, aumentar a utilidade dos três fatores de produção: trabalho, capital e terra, remunerando-os adequadamente.

Ricardo invade esse campo das ideias de Say e entra em desacordo ao considerar que a utilidade não pode ser a medida determinante do valor. Para Ricardo, uma mercadoria difícil de ser produzida terá sempre mais valor que aquela produzida facilmente “uma mercadoria deve ser útil para ter valor, mas a dificuldade de sua produção é a verdadeira medida de seu valor. Por esta razão, o ferro, muito mais útil, tem menor valor que o ouro” (Lantz, p.197).

Com base nesse raciocínio, podemos entender que o conceito de valor em Ricardo é o seguinte: “O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de toda a mercadoria com a qual ela é trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para produzi-la e não da remuneração maior ou menor concedida ao operário” (Ricardo, p.23).

Assim, definido o valor, cujo preço é a expressão monetária, a distribuição das riquezas produzidas atuará sobre o salário, o que explica a ideia de que “o valor das mercadorias se acha modificado, não somente pelo trabalho imediatamente aplicado à produção delas, mas também pelo trabalho consagrado às ferramentas,

às máquinas, aos prédios que servem para criá-las” (ibidem, p.23).

Se por um lado há opiniões discordantes, por outro, as opiniões se encontram a respeito do emprego das máquinas, visto que a utilização das máquinas na produção conduzem ao emprego de mais operários no processo produtivo. Essa convergência de opiniões dura até 1821, quando Ricardo acrescenta um capítulo à terceira edição de seu *Principes de l'economie politique et de l'impôt* (ibidem, p.29).

Em meio aos debates e ao longo de todo o período (fim do século XVIII e início do século XIX), o capitalismo é sacudido por crises, durante as quais se agrava mais o domínio da miséria e é nesse clima que as principais teses alimentam a doutrina liberal, ao mesmo tempo em que se desenvolvem as análises produzidas por Karl Marx sobre o socialismo científico.

Conclusão

As reações contra o liberalismo se manifestam a partir de 1848. Nesse ano, é publicada a obra *Os Princípios de Economia Política* de John Stuart Mill, em meio à multiplicidade de escolas que se influenciaram reciprocamente, confundiram-se ou divergiram em todos os sentidos, fosse protecionismo ou intervencionismo, isto é, havia os que proclamavam

as vantagens de as economias nacionais se protegerem da concorrência estrangeira: a concepção de uma economia nacional.

Essas polêmicas acabariam reformulando a célebre lei dos mercados, condicionando o empresário a pagar pela produção e, dessa forma, criar valores capazes de alimentar outros valores; em linhas gerais, da formação dos custos da produção à renda disponível, que a sociedade aplicaria na aquisição dos bens e, como consequência, retornaria às mãos dos empresários através da sistemática da compra e venda dos bens no mercado. Segundo Say, a mesma renda se transformaria “noutros valores, noutros produtos; donde resulta, embora à primeira vista isto pareça um tanto paradoxal, que é a produção que abre mercados para os produtos” (Say, p.59).

Todas as teses, alimentadas pelo paradoxo do valor e pelas circunstâncias contraditórias inspiradas nos conflitos de uma sociedade desconhecida, realçam duas afirmações: a primeira refere-se à teoria política acadêmica que se reflete nos debates procurando

entender os conflitos dessa nova sociedade; a segunda refere-se às correntes contraditórias provocadas pelos debates políticos na praça, ou seja, à política ideológica partidária, que, todavia, estava em séria disputa nos fins do século XIX.

O século XIX é, portanto, o cenário perfeito para a discussão sobre os primeiros princípios, incluindo a ética da decisão e da ação política, com questões sobre as finalidades do governo, se o governo deve existir para servir aos indivíduos, interferir ou não no mercado. Enfim, “um novo mundo do pensamento que desafiava as suas premissas básicas. Isto é, continha em si as sementes de uma nova espécie de modernidade científica-racionalista que viria amadurecer durante o desenrolar do século XX” (Baumer, p. 132).

Esses novos modos de pensamento conspiraram para tornar esse tipo de discurso difícil, mas, sem dúvida, as questões sobre valor e, por extensão, o utilitarismo, serviram-lhes de fonte de inspiração para delinear o pensamento da economia política a partir dessa época.

Referências

- BAUMER, F. L. *O pensamento europeu moderno*. v. I,II (Séculos XVII, XIII, XIX e XX). 7. ed. Rio de Janeiro, 1977.
- BEAUD, M. *História do capitalismo de 1500 até nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENTHAM, J. *Introduction to the principles of morals and legislation*. London: H. Hart, 1970.
- CHARDIN, P. T. de. *O fenômeno humano*. (Trad. José Luis de Araújo). São Paulo: Cultrix, 1995.
- CHATELET, F. *Uma história da razão*. Entrevista com Émile Nôes. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- COMTE, A. *Cours de philosophie positive*. Primeira lição. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- DENIS, H. *Historie de la pensée économique*. PUF, 1966.
- DILTHEY, W. *Sistema da ética*. São Paulo: Ícone, 1994.
- HELLER, A. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HENRI, D. *Histoire de la pensu économique*. PUF, 1966.
- HICKS, J. R. *Uma introdução à economia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HOBSBAWM, E. J. *A era do capital*. 1848 – 1875. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HUNT, L. *A história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JEVONS, W. S. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KANT, I. *On history*. Edited with na introduction by Lewis White Beck. Indianapolis/New York: Library of Liberal Arts/ Bobbs-Merril Co., 1963.
- LANTZ, P. *Valeur et richesse*. França: Anthropos, 1977.
- MACFARLAINE, A. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Cia de Letras, 1990.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. v. I,II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MATTOS, L. V. *Economia política e mudança social*. São Paulo: Edusp, 1998.
- MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su génesis*. Fundo de Cultura Económica, 1982.
- MENGUER, C. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MILL, J. S. *Autobiography*. Cap. VII. “General View of the Remainder of my Life”.

- _____. Nature. In: *Essential works of John Stuart Mill*. Edited by Max Lerner. New York: Bantam Books, 1961.
- _____. *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. *Da liberdade*. São Paulo: IBRASA, 1963.
- _____. *Representative government (1861)*. Cap. XVI, of Nationality.
- _____. Sistema de lógica dedutiva e indutiva. In: *Os Pensadores*. v. XXXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1974
- MOORE, G. E. *Principia ethica*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NIETZSCHE, F. W. *The use and abuse of history*. Translated by Adrian Collins. Indianápolis/New York: Library of Liberal Arts/Bobbs Merrill Co., 1957. *Versão alemã*: Von Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben. Basel, Verlag Birkhäuser, s.d.
- NOVICK, R. *Anarchy, state and utopia*. Oxford: Basil Blackwell, 1974, p.42.
- _____. *The nature of rationality*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- PAZ, F. M. *Na poética da história: uma realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora UFPR, 1996..
- RICARDO, D. *Princípios de l'economie politique et de l'impôt, 1817*. Trad. francesa, Calmam Lery, 1970, p. 13).
- HOBSBAWM, E. J. *A era do capital. 1848 – 1875*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997..
- SAY, J. B. *Traité d'economise politique*. São Paulo: Abril Cultural, 1890..
- SMITH, A. *Theory of moral sentiments*. (ed. D. D. Raphael and A. L. Macfie), Oxford, 1976.
- VAINFAS, R. *História das mentalidades e história cultural: as fronteiras da história*. Florianópolis: ANPUH, 1999.
- VON RANKE, L. *Politiches Gespräch*. Traduzido como “A Dialogues on Politics”, na obra Leopold Ranke de Theodore. H. Von Laue. Princeton: Princeton University Press, 1950.
- WALRAS, L. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.